

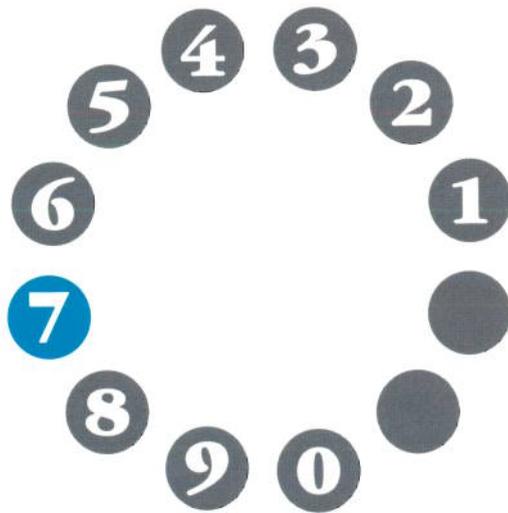
QUARTA PARTE

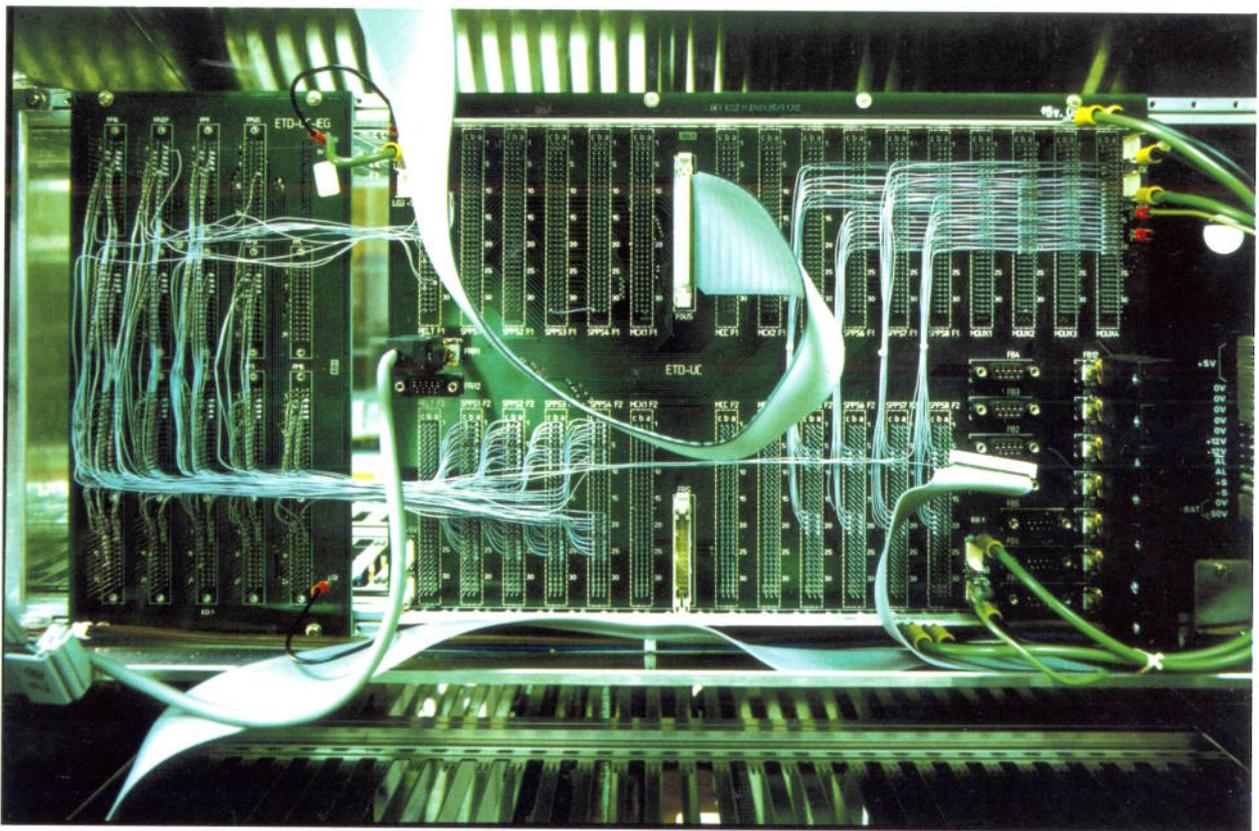
Globalização ou a aldeia das comunicações

7

A era digital

(1981-1994)





A Estação de Trânsito Digital (ETD) desenvolvida pelo CET. Foto cedida pela HP Portugal.

Subordinado ao desenvolvimento vertiginoso da electrónica, o sector das telecomunicações diversifica investimentos apostando em diferentes tecnologias. A década de 1980 traz a digitalização integral das redes dos TLP e marca a consolidação de uma nova mentalidade empresarial.

As receitas telefónicas aumentam e o Governo acompanha de perto as iniciativas de privatização desenvolvidas na Europa: com a transformação, em 1989, dos CTT e dos TLP em sociedade anónima, a regra que definia o sector das telecomunicações como um tradicional e inquestionável monopólio do Estado é finalmente quebrada.

7.1. DINAMISMO E MODERNIZAÇÃO

A criação do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), em Julho de 1981, marcou um ponto de viragem na história das telecomunicações portuguesas. O ICP foi criado sob a forma de instituto público, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, dependendo hierarquicamente do ministro que tutelava as comunicações. De resto, competia-lhe gerir e fiscalizar o espectro radioelétrico e apoiar o Governo na coordenação, tutela e planeamento do sector, sendo-lhe cometidas as funções de representação, nacional e internacional.

Para além desta identificação sumária das competências do novo organismo, interessa sublinhar desde já a alteração importante que a sua constituição representou para o sector das comunicações, simbolizando a primeira medida reformadora tomada no pós-25 de Abril. Só então se assumiu de forma consciente uma ruptura, marcada pela necessidade de rever a legislação, já obsoleta, que orientava as

telecomunicações nacionais adequando-a ao progresso dos tempos¹. Tratou-se basicamente de contemplar não só novos serviços (radiodifusão sonora e televisiva), que constituíam claramente o essencial do serviço de telecomunicações, mas também de reforçar o papel do Governo quanto à coordenação e tutela dos organismos operadores de comunicações de uso público, que tinha sido até então mais teórico do que real². Apesar desta declaração de intenções, o diploma não teve execução prática imediata, já que só em Julho de 1983 é que o ICP veria aprovados os seus estatutos e, cinco anos mais tarde, em 1988, seria constituída a sua comissão instaladora.

Por outro lado, em Outubro de 1981, a tutela das telecomunicações transitou para o Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes (resultado da junção do Ministério da Habitação e Obras Públicas com o dos Transportes e Comunicações³); um mês mais tarde, João Maria Oliveira Martins⁴ substituiu Norberto Pilar no Conselho de Administração dos CTT/TLP.

No seu discurso de tomada de posse, Oliveira Martins sublinhou que a autonomia de gestão, fundamental à eficácia das empresas públicas, não colidia com os programas governamentais estabelecidos para o sector e reconheceu como inevitável a introdução de novas tecnologias, no quadro da já há muito reclamada diversificação dos serviços que tradicionalmente eram prestados pelos CTT/TLP⁵; era o caso da telecópia, da transmissão comutada de dados, da teleconferência, do serviço móvel terrestre, do serviço de chamada de pessoas, do correio electrónico e o do teletexto. Significativas, neste domínio, eram as possibilidades trazidas pela informática e a forma como a nível internacional se vinha equacionando a existência de fluxos transfronteiriços de dados, matéria que aliás tinha já dado origem à constituição de um grupo de trabalho no âmbito



«CTT e TLP nomeado Novo Conselho de Administração», in *Telecomunicações Notícias*, n.º 8, Dezembro de 1981, p. 2. AFPC

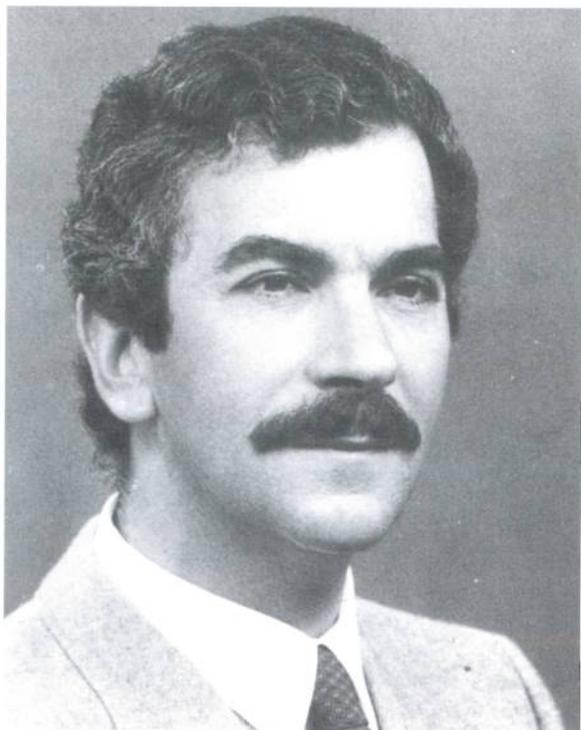
do Secretariado da OCDE⁶. De resto a empresa americana Xerox tinha adquirido uma das companhias de comunicações internacionais dos Estados Unidos, enquanto a General Electric se encontrava envolvida no desenvolvimento de uma rede de dados em território norte-americano. Sensivelmente por esta altura o presidente do Conselho de Administração da Marconi, Francisco Murteira Nabo, pedia autorização ao Ministério das Finanças e do Plano para adquirir a sociedade Telemática — Consultores de Telecomunicações e Informática, Ltd⁷.

Os CTT/TLP previam que a rede pública de comunicação de dados — Telepac — entrasse em serviço experimental ao longo da segunda metade de 1982, através do nó piloto de Lisboa⁸. Nesta matéria estava igualmente previsto que o lançamento do

Serviço Nacional de Telecópia (esperado para 1983), assim como o de teletexto (a partir de 1984) fossem suportados, em parte, pela rede Telepac.

Deve salientar-se que, relativamente à implantação de novos serviços, os trabalhos ficaram ainda marcados:

- (i) pelo lançamento de um concurso público para a instalação da rede pública de comutação de dados e de outro para a aquisição de equipamentos para o serviço de chamada de pessoas;
- (ii) pela conclusão dos estudos do serviço móvel terrestre e do serviço experimental de videoconferência;
- (iii) finalmente, pela aprovação do estudo preliminar do serviço de videotex⁹. Ao nível da gestão



Francisco Luís Murteira Nabo, presidente do Conselho de Administração da Marconi. Imagem cedida pelo ANTT

empresarial, a informática vinha também a abrir caminho e a ocupar gradualmente um papel fundamental ao nível da facturação, da leitura automática de contadores de tráfego e dos assinantes; neste ponto, importa ainda referir que os CTT/TLP contavam disponibilizar, até 1984, um sistema informático de controlo e gestão de inventários e aprovisionamentos¹⁰.

No quadro desta evolução a Marconi e os CTT dispunham também, desde 1971, de sistemas equipados com computadores que, para além de aplicações administrativas e de contabilização dos serviços de telecomunicações, asseguravam o controlo e o funcionamento de comutadores telefónicos, de telex, de mensagens, de dados e de equipamentos para o desenvolvimento de circuitos de laboratório.

Entretanto, em Julho de 1980, o Algarve tornou-se a primeira região do país a usufruir de conversações nacionais e internacionais totalmente automatizadas, completando um processo iniciado no ano anterior no grupo de redes de Faro. Refira-se, aliás, que este ano representou um momento-chave na automatização do serviço telefónico internacional: além de Faro, o Porto, a linha do Estoril, Guimarães e Braga passaram a ter acesso a este serviço, que até aí se limitava exclusivamente à cidade

de Lisboa¹¹. Com efeito seguiu-se uma estratégia em que se privilegiava a automatização de zonas de intenso tráfego telefónico internacional, fruto quase sempre de uma forte componente turística. Em 1981 Setúbal, Sines, Viseu e Matosinhos passaram também a poder ligar directamente para os países europeus com os quais Portugal mantinha comunicações automáticas; na realidade, no início da década de 1980, cerca de 60 por cento dos assinantes nacionais já podiam estabelecer ligações directas com a Europa¹².

Está fora de dúvida que havia ainda um longo caminho a percorrer e muito trabalho a realizar, uma vez que nesta como em tantas outras questões era necessário corrigir assimetrias e eliminar os desequilíbrios existentes. Apesar do contributo decisivo da engenharia portuguesa para a expansão do serviço telefónico nas zonas rurais do território nacional, que acabaria por influenciar fortemente o desenvolvimento da rede telefónica automática, deve assinalar-se o facto essencial de ser ainda significativa a parcela de território nacional que não dispunha de redes telefónicas automatizadas, com listas de espera (que rondavam os 50 meses) a corresponderem em certos casos a cerca de um quarto da capacidade instalada.¹³ Por outro lado era ainda claramente deficiente a cobertura telefónica no grupo de redes dos CTT (6,4 postos públicos por cada cem assinantes)¹⁴. Eram factores determinantes no que tocava ao agravamento dos desequilíbrios socioeconómicos, entre zonas urbanas e rurais.

Centrais telefónicas automáticas (CTT/TLP) (1980-1985)

ANO	CTT	TLP
1980	897	82
1981	957	84
1982	970	92
1983	969	99
1984	995	105
1985	1009	109

FONTE: *Anuários Estatísticos*.

Por outro lado, em matéria de ligações com o estrangeiro, a Região Centro, por exemplo, continuava impossibilitada de aceder à rede telefónica interna-



Mário Soares presente na inauguração do edifício das Picoas, em Lisboa, 1983. AFPC

cional¹⁵. Refira-se a propósito que o Plano a Médio Prazo dos CTT e TLP para 1981-1985 assumiu como prioridade a automatização (até 1984) destes grupos de redes e o acesso directo (até 1985) ao serviço telefónico internacional. No quadro desta automatização estava previsto, para 1982, a inauguração das ligações telefónicas internacionais nos grupos de redes de Aveiro e S. João da Madeira¹⁶. Este ano ficou ainda marcado pela participação de técnicos dos CTT em várias reuniões internacionais, tendo em vista o estabelecimento de novas artérias de comunicações, designadamente com a França. Além disso foi ainda assinado um acordo de colaboração científica e técnica com os PTT (Postes, télégraphes et téléphones) franceses.

Entretanto era preciso analisar a dimensão e avaliar os efeitos da integração europeia no sector das telecomunicações, entendendo-se que a adesão de Portugal a um espaço económico de grandes dimensões como a CEE só poderia *fazer-se com a eliminação das barreiras que a distância levantar*¹⁷. Além disso, era preciso melhorar os serviços postais e de telecomunicações com os países-membros do Mercado Comum, potenciando simultaneamente as comunicações com os principais países europeus de destino da emigração portuguesa. No final de 1981, cerca de ¼ do parque telefónico dos CTT podia aceder ao serviço internacional automático.

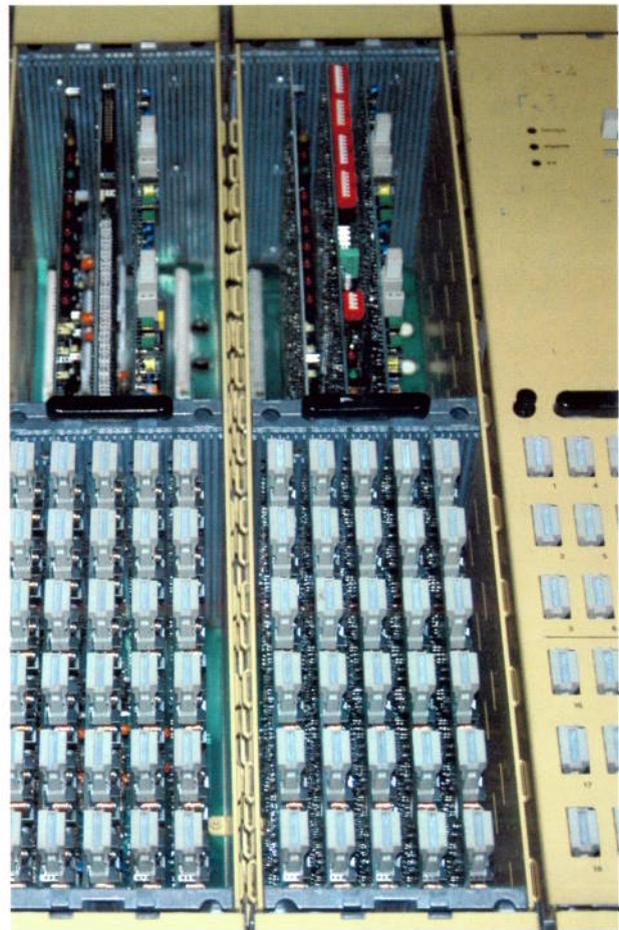
Em Novembro de 1982, com a inauguração das ligações à Europa, EUA, Brasil e Moçambique, a Madeira tornou-se uma das primeiras regiões a estabelecer comunicações automáticas intercontinentais¹⁸. Por esta altura, no âmbito nacional, continuavam sem acesso ao serviço telefónico automático internacional 14 grupos de redes. O crescimento acelerado do tráfego telefónico de longa distância levou os CTT/TLP a redimensionarem e a reestruturarem o seu sistema interurbano, o que obrigou à construção de um conjunto de grandes edifícios destinados a albergar as Estações Interurbanas de Trânsito (EIUZ) de Lisboa (Picoas), Coimbra, Torres Novas, Porto e Faro¹⁹. No caso do edifício das Picoas, o investimento realizado até ao primeiro semestre de 1983 ascendia aos 3,5 milhões de contos, importando sublinhar que quando foi inaugurado, a 14 de Dezembro de 1983, este edifício acolhia o centro nevrálgico das comunicações nacionais: por ele passavam 65 por cento das ligações telefónicas do país!

Também no domínio das comunicações interurbanas, as inovações introduzidas pelos CTT/TLP assumiram grande significado, especialmente na região algarvia onde, durante o Verão, o tráfego era bastante significativo. Entre estas melhorias encontravam-se as Estações Interurbanas de Trânsito (EIUZ) e Terminal (EIUT) de Faro; as estações terminais de Portimão e Tavira; a intro-

dução de encaminhamentos directos entre estas duas localidades e Faro e o reforço do feixe hertziano Castro Verde — Beja — Serra Alta²⁰, e a instalação, em 1983, das primeiras cabines telefónicas Credifone. Por ironia, Faro continuava a ser, a par de Mirandela, Santarém, Setúbal, Évora e Beja, uma das regiões do país onde a cobertura de postos telefónicos era mais deficiente.

No início de 1981 as encomendas de centrais e equipamento de comutação telefónica dos CTT/TLP totalizavam 997 200 contos, uma boa forma de demonstrar como o programa de renovação em curso se traduziu na automatização de 44 redes e numa taxa de automatização de 99,6 por cento. Curioso, sem dúvida, é o facto de os sistemas selectores de coordenadas utilizados à época pelos CTT/TLP (SASC, 5005 e Pentaconta) reflectirem o acordo firmado entre a administração da empresa e a indústria nacional, e que impedia o recurso a sistemas importados. Por tudo isto não são de estranhar as apreciações críticas dirigidas pelo administrador interino da Standard Eléctrica, Piçarra de Oliveira, ao presidente do Conselho de Administração dos CTT/TLP, quando foi anunciada a aquisição à Siemens do sistema PCM/MIC, a utilizar na rede telefónica dos CTT. Piçarra de Oliveira procurava demonstrar porque é que tal aquisição não se justificava nem técnica nem economicamente: tratava-se, afinal, de comprar mais uma tecnologia e de introduzir no mercado um novo fabricante quando o sector nacional era *já reconhecidamente pequeno para os dois fabricantes nacionais*; considerava, por isso, *que seria um grave erro, atentatório dos interesses nacionais, a adopção da solução Siemens e que a proposta apresentada pela SE terá para o País grande vantagem*²¹.

Por junto, percebe-se que algumas destas escolhas, nomeadamente no que ao Pentaconta dizia respeito, encerravam já alguns problemas, como lembrou José Ferreira Pinto Basto ao administrador Monteiro Lopes: *além de complexo, tem uma concepção pouco lógica e demasiado preocupada com a economia de relés, que aliada à má qualidade dos contactos dos relés utilizados conduz a um elevado número de avarias e deficiências que tornam o sistema de difícil conservação, muito principalmente se o pessoal técnico utilizado não se dedicar exclusivamente à conservação duma determinada estação*²². Nunca é demais sublinhar que a conservação constituía um factor muito importante, e a ter em consideração, na rede dos CTT.



Equipamento MIC 30 de projecto CET e fabrico nacional. AFPT



Equipamento auxiliar de conservação de ensaio de linhas de assinante. PT Inovação

Em Fevereiro de 1983 o Conselho de Administração dos CTT/TLP demonstrou ter algumas dúvidas quanto à utilização dos sistemas SASC nas estações locais dos CTT, o que acabaria por determinar a elaboração de um relatório pelo CET. Mas, quanto a este aspecto, a estratégia era bastante clara: *a introdução de novos sistemas deste*

*tipo na rede dos CTT parece-nos (...) errada, principalmente agora que estamos no limiar de uma mudança tecnológica*²³. Apesar das incertezas e das hesitações nas grandes opções do plano para 1984, continuou a reiterar-se a redução da dependência externa e a existência de capacidade de viabilização para a indústria nacional.²⁴

**Lista dos equipamentos de comutação encomendados à CAEP
(Centrel — Automática Eléctrica Portuguesa)
e à Standard Eléctrica
(1981)**

EMPRESA	SISTEMA	REDE
CAEP	Strowger	Castelo Branco
CAEP	Strowger	Graça
CAEP	Strowger	Damaia
CAEP	Strowger	P. Sol
CAEP	Strowger	Estoril
CAEP	Strowger	Gaia
CAEP	Strowger	Vilar do Pinheiro
CAEP	SASC	Alcanena
CAEP	SASC	Carregado
CAEP	SASC	Braga
CAEP	EIUT	Pombal
CAEP	EIUT	Valença
CAEP	EIUT	Castelo Branco
CAEP	EIUT	Proença-a-Nova
CAEP	Equipamento de medida de tráfego	Coimbra
CAEP	Equipamento de medida de tráfego	Torres Novas
CAEP	Equipamento de medida de tráfego	Faro
CAEP	Equipamento de vigilância e ensaio	Faro
Standard Eléctrica	Pentaconta	Laranjeiras
Standard Eléctrica	Pentaconta	Almargem do Bispo
Standard Eléctrica	Pentaconta	Camarate
Standard Eléctrica	Pentaconta	Pinhal Novo
Standard Eléctrica	Pentaconta	Terrugem
Standard Eléctrica	Pentaconta	Pêro Pinheiro
Standard Eléctrica	SASC	Caldas de Vizela
Standard Eléctrica	SASC	Vila Verde
Standard Eléctrica	SASC	Santa Clara (Funchal)
Standard Eléctrica	SASC	Vale de Cambra
Standard Eléctrica	SASC	Ponte de Lima
Standard Eléctrica	SASC	Azambuja

Standard Eléctrica	SASC	Bragança
Standard Eléctrica	SASC	Penafiel
Standard Eléctrica	SASC	Tomar
Standard Eléctrica	SASC	Carregado
Standard Eléctrica	SASC	Braga
Standard Eléctrica	EIUT	Funchal
Standard Eléctrica	EIUT	Ponta Delgada
Standard Eléctrica	EIUT	Angra do Heroísmo
Standard Eléctrica	EIUT	Velas
Standard Eléctrica	EIUT	Santa Cruz das Flores
Standard Eléctrica	EIUT	Horta
Standard Eléctrica	EIUT	Guarda
Standard Eléctrica	EIUT	Seia
Standard Eléctrica	EIUT	Pombal
Standard Eléctrica	EIUT	Valença
Standard Eléctrica	EIUT	Castelo Branco
Standard Eléctrica	EIUT	Proença-a-Nova

FONTE: AFPC — Arquivo da Secretaria-Geral da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones — Telefone, Cx. 118/2, Ofícios dos CTT/TLP, de 2 de Janeiro de 1981, dirigidos à CAEP e à Standard Eléctrica.

O tempo era, também, de reflexão relativamente à denominada Política Comercial para Equipamento Terminal de Assinante. A normalização técnica vinha, aliás, sendo discutida ao mais alto nível pelos chefes de Estado da Europa Comunitária, desde o vfinal da década de 1970. Por isso era importante elaborar um conjunto de regras técnicas que definissem as principais características dos produtos.

Procurava-se a liberalização do mercado de equipamentos terminais o que obrigava à definição de regras relativamente claras quanto à homologação desses equipamentos. Foi com este espírito que os engenheiros Júlio Rendeiro, Sousa Alves e Rodrigues de Almeida enunciaram uma série de princípios básicos que deviam transformar-se nos princípios orientadores da política comercial dos CTT/TLP, assente em duas premissas essenciais:

— a empresa deveria concorrer no mercado apenas com alguns tipos e versões de equipamento, abandonando as grandes dimensões (superior a dez linhas de rede) no domínio da comutação telefónica e tudo o que corresponda a forte investimento por unidade nos outros domínios;

— deveria ser permitido utilizar as facilidades que a rede e os equipamentos possibilitassem, não se devendo nunca adoptar limitações de carácter meramente administrativo; só poderiam ser consideradas limitações de carácter técnico²⁵.

Para trás tinha ficado a introdução da fibra óptica na rede de transmissão dos CTT²⁶ e a automatização, em 8 de Novembro de 1983, das últimas redes telefónicas manuais do Continente, situadas no grupo de redes de Moncorvo — Freixo de Espada à Cinta (investimento de 11 600 contos), Lagoaça (5300 contos), Ligares (2250 contos) e Poiares²⁷. A automatização das ligações telefónicas nacionais dos TLP só seria concluída dois anos mais tarde, com a inauguração das centrais automáticas de Agualva, Massamá e Rio de Mouro a 28 de Junho de 1985.

Percebe-se, sem sombra de dúvida, o grande esforço modernizador, a vontade e determinação com que os CTT/TLP abraçaram a também inevitável introdução de novos serviços.

Novos serviços CTT/TLP Calendário de introdução

SERVIÇO PÚBLICO DE CHAMADA DE PESSOAS

Cobertura da zona da Grande Lisboa e Setúbal	1982
Cobertura da zona do Porto	1983
Cobertura de Coimbra e Faro	1984
Extensão a todo o País	a partir de 1985

SERVIÇO MÓVEL TERRESTRE

Cobertura da zona da Grande Lisboa e Setúbal	1982
Cobertura da zona do Porto, Coimbra e Faro	1983

É disso exemplo o desenvolvimento do Serviço Público Móvel Terrestre, encarado como um prolongamento da rede telefónica nacional, cujo projecto de engenharia foi concluído logo em 1982, numa altura em que, simbolicamente, os TLP comemoravam o primeiro centenário da entrada em funcionamento das redes telefónicas de Lisboa e Porto. Também durante este ano ficou concluído o processo de adjudicação, de fornecimento e instalação dos equipamentos para a Rede Pública de Comutação de Dados — Telepac, Serviço Público de Chamada de Pessoas e Videoconferência. No caso da Madeira, a introdução destes novos serviços, para além de ser encarada como um factor de desenvolvimento, era vista também como um agente de atracção e fixação de investidores, especialmente numa altura em que se começava a discutir a criação de uma zona franca e de um *offshore bank* na Região Autónoma²⁸.

Na verdade, acompanhando a tendência internacional, os principais operadores nacionais de telecomunicações (leia-se CTT/TLP e Marconi) participaram durante o ano de 1984, mesmo que indirectamente, em alguns projectos de investigação científica aplicada às telecomunicações, caso do projecto ELENA (escritório electrónico), desenvolvido pelo INESC — Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas de Computadores²⁹. Pelo seu pioneirismo devem ainda salientar-se os estudos realizados pela Marconi, tendo em vista o desenvolvimento da televisão por cabo em Portugal. O objectivo do projecto era disponibilizar ao cidadão comum um serviço básico, constituído pelos dois canais da RTP e por vários programas que seriam transmitidos através dos satélites de que a CPRM era co-proprietária. As pri-



Fachada do edifício da primeira Central Telefónica do Porto, passados cem anos, 1982. AFPC

meiras experiências deveriam arrancar nas regiões de Lisboa e Porto³⁰.

No seu conjunto, os primeiros anos da década de 1980 ficaram com um lugar reservado nesta história por neles se ter verificado uma profunda expansão da rede nacional de telex. De facto, foram alcançadas algumas realizações de vulto, resultado sobretudo da diversificação geográfica da procura, que acabou por determinar a introdução de algumas alterações na topologia da rede dos CTT. Trata-se, nomeadamente, da entrada em funcionamento dos concentradores de telex de Braga, Faro, Aveiro e Coimbra e, finalmente, da central nodal e terminal no Porto.³¹ Na verdade desde 1981 que a rede de telex vinha sendo enriquecida com equipamentos digitais de concentração — melhoramentos que, de acordo com os CTT, contribuíram para a colocar a par *dos países europeus, tanto na densidade do parque instalado como na qualidade do funcionamento da rede (facilidade de obtenção de chamadas, ausência de congestionamento de tráfego e fiabilidade das comunicações)*³². Em 1982, o tráfego global excedia os 49

milhões de minutos, o que significava um crescimento de cerca de 27 por cento relativamente ao ano anterior³³. As consequências desta tendência ficaram patentes no número de equipamentos instalados entre 1971 e 1983:

ANO	N.º de equipamentos instalados
1971	1167
1975	2768
1980	7581
1981	9678
1982	11 687
1983	14 410

FONTE: AFPC — Serviço Telex/Telegráfico, *Press Release* de 8 de Fevereiro de 1984.

Tal como ficara disposto no relatório do Conselho de Administração dos CTT/TLP, parece ser legítimo concluir que entre os principais factores explicativos desta tendência se encontravam quer o embaratecimento progressivo do telex quer a qualidade do serviço prestado³⁴. De resto o número de requisições solicitando a montagem de novos postos no ano de 1982 rondava as 2807 unidades e a lista de espera situava-se nos 11 meses. Em 16 de Setembro de 1983 era então inaugurado o comutador de tráfego telegráfico, localizado na Estação Nodal do Porto, marcando uma das primeiras aplicações da tecnologia digital às redes dos CTT.

É por isso necessário avaliar a dimensão e analisar alguns dos efeitos deste empreendimento. Antes de mais é importante sublinhar que possibilitou, desde logo, a ligação directa de 1600 novos assinantes de telex da rede do Porto, número que excedia largamente a lista de espera da Região Norte (536 pedidos pendentes) e cujos impactos, nas palavras de Oliveira Martins, *far-se-ão (...) sentir muito para além da Região Norte, criando do lado da comutação uma capacidade excedentária para satisfazer novos pedidos que certamente aparecerão nos próximos anos*³⁵. A central do Porto passou a desempenhar, para toda a Região Norte, o papel que até então cabia a Lisboa, com excepção do acesso à rede internacional que continuou a ser processado pela capital.

Registam-se algumas das principais inovações trazidas pelo novo comutador de telex:

- possibilidade de vários assinantes receberem e emitirem entre si, através de ligação simultânea;
- capacidade de uma mesma mensagem poder chegar, em simultâneo, até 40 destinatários diferentes;
- correcção do número de assinante chamado, sem necessidade de desligar;
- reencaminhamento de chamadas, caso o número chamado esteja ocupado ou inacessível e se dêem instruções para tal reencaminhamento;
- para além da data e da hora de uma comunicação, a indicação de quando a mesma é iniciada e terminada;
- possibilidade de um assinante escolher um posto para o qual a chamada é imediata sem necessidade de marcação (uma espécie de «telex vermelho»);
- realização de chamadas sucessivas sem desligar o posto³⁶.

Há que reconhecer desde logo que, apesar de coincidir com a redução das despesas do sector público — consequência das medidas restritivas originadas pelo segundo acordo celebrado entre o Governo português e o Fundo Monetário Internacional (FMI) — o programa de modernização tecnológica lançado pelos CTT/TLP registou progressos decisivos ao longo destes anos. Na verdade, Oliveira Martins avançaria mesmo com a certeza de que este conjunto de melhoramentos daria um forte contributo ao aumento da produtividade do trabalho administrativo nas empresas portuguesas, em linha aliás com o que já ficara expresso no Programa do Nono Governo Constitucional³⁷. Recorde-se que foi precisamente neste Nono Governo, chefiado por Mário Soares, que fora criado o Ministério do Equipamento Social, para onde transitaram as anteriores competências do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes³⁸.

Refira-se, ainda, que só depois da aplicação do segundo programa de estabilização, imposto pelo FMI à economia portuguesa (1983-1984), negociado e concretizado pelo Governo que resultara da coligação do Partido Socialista com o Partido Social-Democrata — o chamado Bloco Central —, de que foi ministro das Finanças Ernâni Lopes, passou a ser possível implementar um conjunto de medidas capazes de potenciar o desenvolvimento da economia portuguesa. Era necessário pensar a modernização da indústria, da agricultura e dos serviços, de forma a relançar a actividade produtiva tornando-a mais competitiva

— transformação de que, em certa medida, dependia a sustentabilidade da economia nacional³⁹. O ano de 1985 ficou por isso assinalado na história dos TLP como um período francamente positivo, traduzindo-se, para além da já mencionada conclusão da automatização da rede telefónica, por um considerável crescimento da procura tanto de postos principais e de circuitos como de tráfego telefónico, *tendo as previsões efectuadas sido excedidas*⁴⁰.

Do lado dos CTT, o aumento crescente da procura reflectiu-se na incapacidade de resposta de algumas estações. Era o caso da Central Automática de Telefones da Pampilhosa, a qual, apesar de ter sido ampliada dois anos antes, em 1987 reclamava já nova intervenção⁴¹.